



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140838 - RJ (2021/0002656-0)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : LUCIANO MIRANDA DE SOUSA (PRESO)
ADVOGADO : FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA CHAVES - RJ122392
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LUCIANO MIRANDA DE SOUSA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0077930-94.2020.8.19.0000).

O recorrente foi preso em flagrante, em 12.09.2020, em razão da suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos c/c o art. 40, inciso VI, todos da Lei n. 11.343/2006, c/c o art. 61, inciso II, “j”, do Código Penal, tudo na forma do art. 69 do mesmo diploma repressivo. A custódia foi convertida em preventiva, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, para garantia da ordem pública, aplicação da lei penal e da instrução criminal.

Sustenta o recorrente a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que é primário, trabalhador e possui residência fixa.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, requer o provimento do recurso, a fim de que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente